

Retomando o crescimento

Antônio Fábio Ribeiro

O setor produtivo brasiliense acaba de conquistar importante vitória em sua luta pela retomada do crescimento econômico no Distrito Federal, com a aprovação pela Câmara Legislativa e sanção do governador Joaquim Roriz de três projetos de lei que contribuirão, decisivamente, para alcançar esse objetivo, hoje perseguido por toda a sociedade brasileira, a fim de superar a recessão em que o País está mergulhado há mais de dez anos: a concessão de incentivos fiscais para a criação de novas empresas, a flexibilização do zoneamento das cidades-satélites e a simplificação tributária.

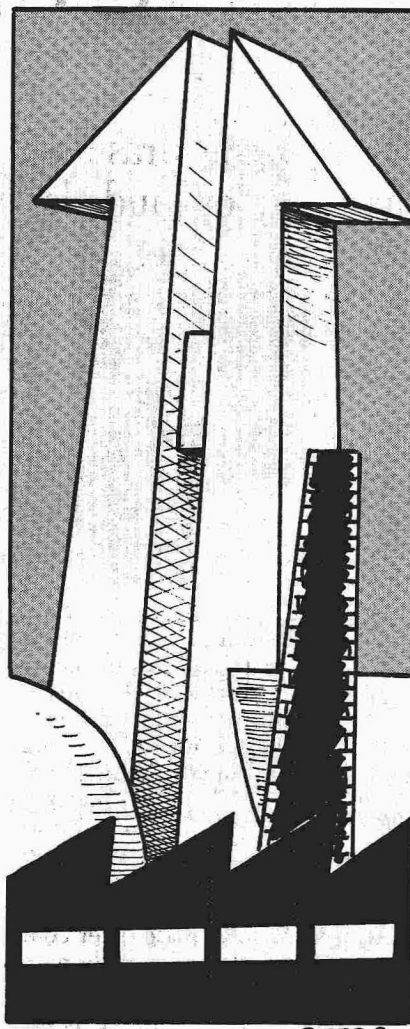
Os empresários interessados em implantar, ampliar e até reativar seus negócios terão a isenção do IPTU durante cinco anos a partir da data de início da implantação do projeto — a ser submetido previamente ao Conselho de Desenvolvimento Econômico — e do imposto sobre transmissão intervivos, assim como empréstimos de 70 por cento do ICMS.

Paralelamente, com a alteração dos critérios de uso do solo e flexibilização do zoneamento urbano das cidades-satélites, será permitida a multiplicação de empresas familiares nas residências com o consequente aumento do nível de emprego.

E, por fim a simplificação tributária, que elimina a burocracia fiscal em relação às micro e pequenas empresas e assegura a incidência de uma alíquota de apenas um por cento sobre o faturamento anual de até 815 UPDF (cerca de Cr\$ 70 milhões mensais), e nada mais.

Há tempos a classe empresarial brasiliense vem batalhando em favor de tais medidas por entender que, face à violenta recessão que o País atravessa, só com a conjugação de esforços de toda a sociedade, associada a uma firme decisão política dos governos, será possível romper a crise que ameaça a governabilidade e as instituições democráticas.

A isenção de impostos, a flexibilização do zoneamento das cidades-satélites e a simplificação tributária, temos certeza, oxigenarão a economia do Distrito Federal, promovendo a criação de novas empresas industriais, incrementando o nível de emprego e aumentando significativamente a arrecadação de impostos, a fim de permitir ao governo, os recursos necessários à educação, à



saúde e à infra-estrutura urbana.

Além disso, esse conjunto de medidas servirá para combater, firmemente, a informalidade econômica que avançou extraordinariamente nos últimos anos em virtude da existência, no Brasil, de um sistema tributário injusto e irracional, inibidor das atividades produtivas.

Ao permitir a instalação de empresas em residências das cidades-satélites e fixar a cobrança de uma alíquota de um por cento sobre o faturamento bruto das micro e pequenas empresas brasilienses, que compõem o universo de 99 por cento do total das empresas instaladas no DF, dar-se-á impulso formidável à formalidade da economia, porque não haverá mais motivos para a sonegação fiscal.

Caberá, a partir de agora, aos administradores das cidades-satélites papel fundamental na promoção de uma verdadeira cidadania, antes cerceada inexplicavelmente. Eles que, até o momento, tinham de di-

zer não aos interessados em abrir seus negócios, limitando a ação da iniciativa privada, devido ao absurdo de medidas burocráticas existentes, poderão dizer sempre sim, tornando ágil, portanto, a multiplicação das atividades produtivas, com uma postura pró-ativa em favor do cidadão produtivo. Os administradores, sem dúvida, poderão transformar-se em grandes prefeitos de pequenas cidades, dando uma nova configuração à vida econômica no Distrito Federal.

A modernização da economia depende fundamentalmente de decisões políticas como as que foram adotadas pelo governador Roriz, que, na prática, promoveu uma simplificação tributária, ao aproveitar a idéia que está ganhando o consenso nacional, a da implantação do Imposto Único, com uma alíquota de um por cento.

O Imposto Único tem hoje sua popularidade amplamente justificada. Ele é simples, porque todos o entendem; é amplo, porque todos terão que pagá-lo; e é socialmente justo, porque todos poderão pagá-lo.

Lamentavelmente, o Congresso acaba de perder uma ótima oportunidade para promover ampla reforma tributária no País, deixando de apreciar a proposta do deputado Luís Roberto Ponte, que incorporou a idéia do Imposto Único e propõe a eliminação dos impostos declaratórios. Tal oportunidade, no entanto, não poderá ser perdida na reforma constitucional que se avizinha, sob o perigo e o Brasil tornar-se ingovernável com o atual sistema tributário em vigor, um dos principais responsáveis pela estagnação econômica.

A primeira fase da batalha em favor do Imposto Único está sendo vitoriosa no DF. Outras virão por aí, a requerer ampla mobilização política dos brasilienses. Entre elas, a mais importante, sem dúvida, será a de sensibilizar os congressistas, durante a revisão da Constituição, em favor da criação do Fundo de Participação do Distrito Federal, de modo a garantir ao GDF o volume de recursos necessários ao cumprimento do seu papel constitucional de administrar a capital da República, que é um projeto nacional e não meramente local, de responsabilidade não só dos brasilienses, mas de todos os brasileiros.

■ Antônio Fábio Ribeiro é presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) e do Conselho Deliberativo do Sebrae